

Distritais reconhecem a precipitação

A Câmara Legislativa está dividida com relação ao projeto de lei, já aprovado, que institui a semana inglesa em Brasília. Apesar da proposta ter recebido o voto favorável de 23 dos 24 deputados distritais, somente hoje, 13 deles votariam pela derrubada de um eventual veto do governador Joaquim Roriz.

Apesar da diferença, esses deputados seriam suficientes para derrubar o veto do governador, já que o regimento interno prevê maioria absoluta (metade mais um) dos deputados para manter o projeto original. O líder do governo na Câmara, deputado Maurílio Silva (PTR), disse que prefere aguardar a decisão de Roriz para só então se posicionar a respeito: "O veto do governador vai depender do resultado dos estudos feitos pela sua assessoria jurídica", observou ele.

Desconhecendo o texto do regimento interno, alguns deputados governistas trabalham com a possibilidade de manutenção do veto do GDF: "Dificilmente eles conseguem os dois terços necessários para derrubar o veto", observou o deputado Aroldo Satake (PDS), que no segundo turno votou contrário à semana inglesa. Ao conhecer a Resolução 157 do regimento interno, que garante uma maioria absoluta para a retirada do veto, Satake reconheceu a dificuldade da situação e propôs uma ampla discussão sobre a semana inglesa na

Câmara, com a participação dos comerciantes e comerciários.

Comerciante do ramo de supermercados, o deputado Edmar Pireneus (PDT), disse que é favorável à semana inglesa e defendeu uma ampla negociação entre patrões e empregados para evitar a queda no nível de consumo. "Eu não acredito que a redução do horário de funcionamento vá acarretar prejuízos aos comerciantes, é apenas uma questão de adaptação à semana inglesa", observou.

Plebiscito — A proposta de um plebiscito geral no DF para decidir sobre a semana inglesa vem ganhando adeptos na Câmara. Os deputados Padre Jonas (PDT), que votou a favor do projeto nos dois turnos, e Manoel de Andrade (PTR), acreditam numa consulta à população para decidir qual o melhor caminho a se seguir. "O erro foi colocar esse projeto em regime de urgência, um assunto como esse deveria ser debatido amplamente antes de ser votado", argumentou o deputado Padre Jonas.

Para Manoelzinho, os deputados foram "fracos ao aprovar apressadamente a semana inglesa, obedecendo às pressões dos comerciários", revelou. "Os trabalhadores foram corretos ao exigir a aprovação, nós é que fraquejamos ao aprovar a semana inglesa de maneira impensada", observou Manoelzinho.

O deputado Aroldo Satake lembrou que a semana inglesa pode aumentar a incidência de vendedores ambulantes na cidade, prejudicando o comércio regular e reduzindo a arrecadação dos impostos. Além disso, Satake acredita que a diminuição da arrecadação pode levar o governo a taxar setores que hoje são isentos do fisco, como é o caso dos hortifrutigranjeiros.